

MARXISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

MARXISMO, CUESTIÓN AGRARIA Y MOVIMIENTOS SOCIALES RURALES

MARXISM, AGRARIAN QUESTION AND RURAL SOCIAL MOVEMENTS

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.71480>

Leile Teixeira¹;

Marizete Andrade²

Mario Mariano Ruiz de Cardoso³

Rodrigo Castelo⁴

Questão agrária e o marxismo

A questão agrária, enquanto um problema teórico, nasceu em um contexto histórico de mudanças pelas quais passavam as sociedades capitalistas na transição de capitalismo de livre concorrência para a hegemonia de formas monopolistas na organização econômica da sociedade. Portanto, podemos dizer que desde o final do século XIX os marxistas têm enfrentado teoricamente a questão agrária.

No período acima destacado, compreender o papel do campesinato nas economias capitalistas europeias em rápida expansão era tarefa, acima de tudo, política. As circunstâncias deste momento histórico exigiam dos teóricos marxistas, e inclusive do próprio Marx, o reconhecimento da importância política e econômica dos camponeses na Europa. Mais tarde, contrariando o pensamento de muitos destes expoentes, o desenvolvimento das sociedades industriais não eliminou aquilo que por eles era compreendido como formas sociais e históricas retrógradas; em outros termos, resquícios do contexto pré-capitalista, o que demandou novas formulações.

Na economia política marxista, a questão agrária é tomada como uma complexidade de problemas inter-relacionados que envolve situações analíticas como o destino do campesinato, as relações de produção pré-capitalistas, o papel da agricultura na conformação da industrialização, as tarefas políticas do campesinato e de outros pequenos proprietários na luta contra a superação da contradição trabalho-capital.

De certo modo, o marxismo agrário clássico, com suas múltiplas tendências que foram se constituindo após o florescimento da sociedade industrial, está radicado no pensamento sobre a questão

agrária sintetizado por Karl Marx e Friedrich Engels e nas posteriores análises empreendidas por Karl Kautsky e Vladimir Lenin.

O sentido das análises da questão agrária realizadas por Marx estava, de modo bastante específico, voltado para a compreensão das formas através das quais a agricultura contribuía com o desenvolvimento do capitalismo ou como o obstaculizava. Estas investigações não se restringiam a entender este fenômeno somente no mundo agrário, mas contemplava a totalidade da sociedade. Nos *Grundrisse* ([1857-8] 2011), por exemplo, e nas concepções que integraram o terceiro volume de *O capital* ([1894] 2017), de maneira um tanto cautelosa, ele examina o modo pelo qual a produção camponesa, marca fundamental da economia pré-capitalista, foi gradualmente incorporada e subordinada ao domínio do capital em um processo que resultará no capitalismo agrário. Nestes escritos, os camponeses são, analiticamente, considerados trabalhadores cujos meios de subsistência prescindem, ainda que não exclusivamente, do acesso à terra independente da natureza jurídica que estabelecessem com ela: arrendatários ou proprietários. Estes camponeses detinham quantidade mínima de ferramentas básicas para a realização das atividades agropastoris e recorriam, predominantemente, à força de familiares para o cultivo da terra.

Marx e Engels, do ponto de vista teórico, jamais renunciaram à compreensão de que o camponês arrendatário e o trabalhador agrícola estavam sujeitos ao mesmo peso da exploração pela sociedade burguesa que o proletariado urbano, ainda que de forma menos aparente, direta e massiva. No capítulo de sua primeira grande obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels ([1845] 2008) empenha-se em explicar que, a mesma máquina que exige a existência de um proletariado industrial, também produzirá um proletariado agrícola, empregado em grandes unidades de terra pertencentes ou alugadas por proprietários agrícolas que recorriam ao que havia de mais moderno em termos de tecnologias para o campo.

Segundo Kay e Akram-Lodhi (2021), mesmo que muitos consideram que Marx possuía apenas uma compreensão sobre o destino do campesinato e, por conseguinte, dos camponeses, ele, na verdade, identificou três caminhos diferentes de transição da agricultura de caráter pré-capitalista para formas de agricultura camponesa subordinada ao capital. O primeiro deles, abordado de maneira minuciosa no capítulo 24 de *O capital*, refere-se ao processo histórico da chamada acumulação primitiva, testemunhada na Inglaterra. Esse processo, caracterizado pela expropriação de terras dos camponeses promovida por latifundiários, com apoio irrestrito do Estado, resultou na expulsão de trabalhadores que apresentavam relativa autossuficiência, dando origem a uma classe de assalariados agrícolas e arrendatários capitalistas, subordinados à elite fundiária.

No terceiro volume de *O capital*, Marx aponta uma segunda via para a transição agrária, caracterizada pela diferenciação de frações de classes no campesinato. Nesse processo, os camponeses mais abastados, que pagam renda pela terra, utilizam o expediente de empregar trabalhadores assalariados em suas próprias unidades produtivas, acumulando, a longo prazo, certa riqueza que será mais tarde vetor de conversão destes arrendatários em capitalistas. Dessa forma, entre os antigos possuidores de terra, que

antes trabalhavam de forma independente, constitui-se o germe de uma nova classe de agricultores capitalistas, cujo desenvolvimento está atrelado diretamente ao avanço da produção capitalista (Marx, [1894] 2017).

Por fim, na concepção de Kay e Akram-Lodhi (2021), o terceiro caminho será identificado por Marx no final de sua vida, em ocasião da formulação de uma resposta à carta da ativista revolucionária russa Vera Zasulich (Shanin, 2018). Essa via seria a do desenvolvimento espontâneo das comunidades camponesas, que uma vez libertas de suas características primitivas e asseguradas as condições normais para sua existência, poderiam transformar-se de maneira lenta em “um elemento de produção coletiva em escala nacional” (Shanin, 2018, p.180). Em certo sentido, este caminho de transição evidencia a natureza marcadamente política da análise marxiana, na medida em que coloca a possibilidade de a ação política ultrapassar os processos estruturais que facilitam o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Uma década e meia após a publicação do primeiro volume de *O capital*, Friedrich Engels voltou sua atenção especificadamente para a problemática da relação campesinato e capitalismo. Em *A questão camponesa na França e na Alemanha* ([1894] 1982), argumentou que as importações baratas de grãos para a Europa, nas duas últimas décadas do século XIX, haviam prejudicado os meios de subsistência rurais e criado uma crise agrária, cujo resultado era uma lenta dissolução da maioria dos camponeses.

Para Engels, a única resposta possível à crise agrária era de caráter político. “O camponês condenado estava na mão de falsos protetores”, ou seja, estava subordinado “aos grandes possuidores fundiários que se colocavam como representantes dos interesses dos pequenos camponeses” (Engels, [1894] 1982, p.2). Era, portanto, fundamental que os partidos operários urbanos voltassem sua atenção e atividade de agitação e propaganda para o campo, construindo, para isso, um programa político que refletisse as necessidades do campesinato e, ao fazê-lo, instituíssem o fundamento daquilo que seria a aliança operária-camponesa.

As reflexões de Engels sobre a questão agrária tinham o princípio fundamental de que, embora considerasse o campesinato uma classe em desaparecimento, entendia que politicamente os socialistas não poderiam ignorá-lo. Era necessário oferecer aos camponeses alternativas coletivas de produção, como o acesso à propriedade comum da terra, evitando que se aliassem às forças reacionárias (latifundiários e burguesia agrária). Sua preocupação não era com o surgimento do capitalismo agrário, da acumulação de capital no mundo agrário, como havia sido a preocupação de Marx. A ênfase de Engels estava na posição ocupada pelo trabalho no campo e na capacidade de ação política do campesinato. Ele queria compreender como incorporar os camponeses à luta proletária. No entanto, essas indagações estruturais serão conteúdo de análise de Vladimir Lenin e Karl Kautsky no final da década de 1890.

Utilizando a particularidade da realidade alemã, Karl Kautsky, na sua principal obra *A questão agrária* ([1899] 1986), que se tornaria por muitos anos o texto marxista mais importante sobre a evolução da agricultura no capitalismo, procurava compreender por que o processo de concentração de propriedade ocorria de forma mais lenta na agricultura do que na indústria e o motivo pelo qual os pequenos produtores rurais continuavam existindo na Alemanha, ao contrário do que havia acontecido na Inglaterra.

Kautsky busca romper com as abordagens tradicionais que se limitavam a comparar as vantagens da pequena ou da grande produção agrícola. Em vez disso, propôs compreender as transformações estruturais que o capitalismo introduz na agricultura, demonstrando que a forma e a dinâmica do campesinato estão submetidas às leis gerais do modo de produção capitalista. Nessa direção, reside para Touriño (1985) o aspecto mais relevante do livro *A questão agrária*, pois Kautsky, diante das posições que partiam de análises puramente ruralistas, advogava a necessidade de compreender a agricultura de acordo com as contradições inerentes a sociedade industrial, realizando uma leitura socioeconômica radicada nas leis fundamentais do desenvolvimento capitalista. Deste modo, a obra estabelece uma ruptura com as interpretações romantizadas do campesinato, revelando que a agricultura, longe de se encontrar à margem do capitalismo, integra-se a ele e, assim, será transformada por suas mesmas contradições e dinâmicas.

A permanência do campesinato alemão era justificada por Kautsky pelo fato de estar parcialmente fora da lógica do mercado capitalista. Sua tese era de que as famílias camponesas produziam, em grande medida, para atender necessidades próprias, dependendo pouco das transações de mercadorias. Neste sentido, a existência dos pequenos agricultores era funcional ao capitalismo, já que forneciam mão de obra barata para a indústria e para as grandes explorações agrícolas, além de oferecer produtos de baixo custo, sustentando indiretamente o sistema.

A pequena propriedade não estava fadada ao desaparecimento imediato, mas passaria por processo de transformação. Os camponeses, muitas vezes, deixariam de ser produtores autônomos e, na prática, se converteriam, em trabalhadores assalariados ou subcontratados que complementam sua renda com atividades alheias a unidade produtiva da qual fazem parte. A estabilidade da pequena produção não derivava de sua eficiência técnica, mas pelo fator autoexploração, ou seja, pelo trabalho excessivo dos camponeses e da redução de suas necessidades vitais a um nível inferior ao dos trabalhadores assalariados. Portanto, “o setor campesino da economia política capitalista é uma fonte contínua de ‘acumulação primitiva’” (Hamza; Shanin, 1988, p.48).

Kautsky compreendia o caráter limitante da evolução social camponesa e assumia que esta categoria progredia para o desaparecimento. Ainda que admitisse em *A questão agrária* a existência de outras classes sociais, sustentava que a sociedade se movia pela relação antagônica entre proletariado e burguesia e, neste contexto, a viabilidade do socialismo ancorava no pleno desenvolvimento das forças produtivas.

Ao ter como ponto de partida os processos de transformação que a organização camponesa foi submetida, Kautsky entende a proletarianização como fato inevitável, desencadeado pelo declínio do artesanato doméstico. Sem renda oriunda de sua unidade produtiva, o camponês foi forçado a entrar no mercado de trabalho, situação agravada pela sazonalidade agrícola, que criava, deste modo, um excedente de mão de obra. Este era, portanto, o mecanismo que originava o proletariado.

No final do século XIX, não foram apenas as análises de Kautsky sobre a questão agrária na Alemanha que se tornaram textos referenciais para fomentar o debate sobre as contradições no campo

provocadas pelo avanço do capitalismo. A Rússia também se inseria no circuito das discussões mais elaboradas sobre a relação capital-trabalho na realidade agrária. De modo particular, o livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* ([1899] 2024), escrito por Lenin e publicado em 1899, apresenta outro cenário sobre o futuro do campesinato a partir de uma radiografia extensa baseada em dados estatísticos daquela sociedade. A ênfase do estudo residia nas formas pelas quais o processo de diferenciação dos camponeses marca o desenvolvimento do mercado interno e a predominância das relações de trabalho por assalariamento.

O distanciamento teórico entre Kautsky e Lenin pode ser identificado em duas orientações analíticas próprias que o último desenvolve sobre a questão agrária. Ainda que tenha acolhido as sínteses sobre a natureza peculiar da agricultura e a multiplicidade de sistemas agrícolas propostas por Kautsky, seguiu no sentido de explicar, de modo mais sistemático, as diferentes formas de transição capitalista (Kay; Akram-Lodhi, 2021). Lenin identificou duas formas de transição capitalistas: a via prussiana e a americana. Na primeira os latifundiários se transformavam em capitalistas agrícolas e os camponeses em assalariados; na segunda ocorria a diferenciação interna do campesinato, com um grupo minoritário tornando-se burguesia rural e outra parte convertendo-se em proletariado. Ele interpretou essas formas como expressões de contextos históricos e lutas de classes específicas, ampliando e dinamizando a análise feita por Kautsky.

Para Lenin, apesar das particularidades que marcavam a sociedade russa do seu tempo, não fazia sentido falar de um modo de produção específico do campesinato. A chamada economia camponesa não se constituía como uma forma independente de organização social e produtiva, pois se inseria nas dinâmicas e contradições do capitalismo em estado de expansão.

Outro aspecto é que a produção camponesa e a pequena produção mercantil apresentam certas similaridades, e tendo em vista que se trata de uma forma pequeno-burguesa, revelam seu caráter transitório e a decomposição como destino histórico. A última constatação realizada por Lenin é que o grau alcançado pela divisão do trabalho na sociedade russa, acrescido do desenvolvimento generalizado da produção mercantil, conduzia para a inexorável decomposição do campesinato e, conseqüentemente, ao surgimento de duas classes sociais essencialmente distintas, bem como de suas formas correspondentes de organização produtivas, inerentes a toda sociedade do tipo capitalista.

A partir de 1917, diante das exigências políticas da aliança entre operários e camponeses, Lenin elabora de maneira fragmentada reflexões sobre a questão agrária. Nelas, reconhece a coexistência de diferentes formas econômicas e de distintas classes sociais, buscando caminhos próprios para a transição das relações pré-capitalistas ao socialismo. Contudo, embora adapte sua análise às circunstâncias políticas do período, seu pensamento mantém a base teórica anterior.

Em suma, podemos afirmar que o marxismo agrário clássico não identificou processos sociais de uma só vertente, pelo contrário, reconheceu manifestações dinâmicas e distintas, com padrões multidimensionais e contraditórios, que reconfiguram de forma contínua e complexa a organização da vida e do trabalho no campo, assim como da relação jurídica do trabalhador com a terra. Portanto, o

marxismo permanece de maneira notável coerente tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, concedendo instrumentos analíticos e a sensibilidade necessários para compreender os processos em curso no mundo agrário na atualidade.

Questão agrária, lutas sociais e formação do campesinato no Brasil

No continente americano, o debate marxista sobre a questão agrária se dedicou ao tema dos modos de produção e da transição para o capitalismo. Ao fazê-lo, os autores consideram que nas determinações próprias da formação econômico-social oriundas da colonização e da escravidão, as condições de uso e posse da terra que existiam nesse território, se modificaram substantivamente ao longo dos séculos até sua subsunção real à condição de mercadoria na forma da propriedade privada capitalista. A empresa agromineradora e exportadora se organizava no tripé monocultura, latifúndio e trabalho escravizado (Prado Jr., [1942] 2011), explorando pessoas indígenas e negras (Ribeiro, [1995] 2014). Apreender tanto sua composição histórica, quanto sua incidência nas características do capitalismo latino-americano, eram imprescindíveis para captar os rumos da luta de classes e da organização subalterna para encarar os desafios daí advindos.

Mariátegui, “reconhecido como um dos mais importantes pensadores e dirigentes vinculados à tradição marxista-revolucionária” (Escorsin, 2006, p.11), se confronta com os dilemas nacionais do Peru e com a questão indígena e esboça alternativas e soluções originais, explicitadas nos *Sete ensaios sobre a questão peruana* (Mariátegui, [1928] 2010). Nesta obra seminal constrói uma matriz brilhante de análise da formação econômico-social de seu país. Em sua tese, constata que “o problema do Peru era a servidão indígena derivada do problema da terra” (Rojas, 2005). Os indígenas – que somavam três quartos da população peruana –, indicavam para o autor que o caminho para a construção do socialismo era dar à luta indígena um caráter de luta de classes. Identificou que a esperança indígena era revolucionária e a tarefa de criação do partido socialista passava, necessariamente, pela organização de operários, camponeses e indígenas.

Para o autor, a independência e a proclamação da República no Peru não haviam realizado a tarefa elementar de liquidar o feudalismo e a servidão dos indígenas à terra e ao latifúndio. Em sua análise, isso ocorreu pela capacidade transformista da aristocracia rural e pela debilidade da burguesia que optava pelo latifúndio contra a massa da população indígena.

A tese do feudalismo na análise da composição latifundiária no Brasil colonial também vigorou fortemente. Exponentes dessa perspectiva animaram o debate da questão agrária no interior do Partido Comunista do Brasil (PCB). Dentre eles, merece destaque Alberto Passos Guimarães ([1968] 1977, p.28). Ele sustentava que, ao colonizar o território brasileiro, Portugal transportou para a Colônia o feudalismo no qual se encontrava. Ainda que reconhecesse que, esse modo de produção já se estivesse em decadência, negava, veementemente, ser possível encontrar na economia portuguesa da época colonial algum vestígio de capitalismo.

Nelson Werneck Sodré, em seu texto sobre a *Formação histórica do Brasil*, defende a tese da regressão feudal, na qual compreende que o término da escravização no século 19 não levou as pessoas escravizadas ao trabalho livre e sim ao trabalho servil. “Embora as estimativas sejam precárias – de forma alguma havendo fontes estatísticas –, admite-se que os elementos que passam da escravidão à servidão sejam muito mais numerosos do que os que passam da escravidão ao trabalho livre” (Sodré, [1962] 2011, p.114).

Em um percurso analítico distinto, Caio Prado Jr. ([1945] 1978) foi um dos defensores de que já no período colonial havia no Brasil um capitalismo mercantil. No livro *História econômica do Brasil*, apresentou a tese de que a expansão marítima europeia do final do século 14 era a forma de resolver os problemas e circunstâncias existentes na expansão comercial vigente. Analisa o continente europeu com uma perspectiva de totalidade no aspecto das relações comerciais, e localiza na disposição geográfica portuguesa razões para o pioneirismo na empreitada comercial via os mares. A expansão comercial marítima é, para o autor, mais um capítulo da história da “imensa empresa comercial que se dedicaram os países da Europa a partir do século 15” (Prado Jr., [1945] 1978, p.14). A forma e o conteúdo dessa expansão foi o tráfico. “É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam” (Prado Jr., [1945] 1978, p.14).

Jacob Gorender ([1978] 2019) participa dessa reflexão de um lugar distinto e original. Em *O escravismo colonial*, obra imprescindível no debate sobre a questão agrária, elabora a tese de que houve no Brasil um modo de produção escravista, logo, um modo de produção historicamente novo, que se distinguia do escravismo clássico antigo, do capitalismo e do feudalismo. O autor afirma que o problema que se apresentava ao estudioso do escravismo colonial era “o confronto entre os portugueses, chegados no século 16 ao território hoje conhecido como Brasil, e as tribos indígenas, habitantes deste mesmo território desde tempos indefinidos” (Gorender, [1978] 2019, p.83). Retomando a formulação de Marx de que, ao se processar uma conquista territorial, apresentam-se três possibilidades: 1) os conquistadores submeterem os conquistados a seu próprio modo de produção; 2) deixam subsistir o modo de produção vigente, com pagamento de tributos; ou, 3) se produz uma síntese em um novo modo de produção. Para Gorender, essa síntese foi o escravismo colonial.

Sua tese partia da relação entre escravizado e escravizador e tomava a escravidão como uma categoria de análise, bem como a forma plantagem de organização da produção escravista. Sustentava que apenas com o fim da escravidão em 1888, se constituirá as condições de um modo de produção capitalista que pressupunha trabalhadores livres em abundância, desprovidos dos meios de produção, propriedade privada dos meios de produção e circulação de mercadorias. Sua tese, ainda que controversa, possui diversos méritos, dentre eles, o de apresentar o trabalhador/a escravizado/a como sujeito do processo, e não apenas como mero bem de capital.

Contribuição inestimável, são as formulações de Clóvis Moura ([1959] 2014). No seu clássico *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, Moura demonstra, a partir de pesquisa realizada nos

arquivos públicos, especialmente da Bahia, as comprovações da luta de classes travada no Brasil no período da escravidão. Ao recolocar a história dos quilombos, da organização e da resistência negra desde os primeiros momentos da escravização, Moura reescreveu a história nacional, sem subestimar as debilidades das lutas no período, e foi capaz de demonstrar que as rebeliões e guerrilhas não eram explosões momentâneas, tão pouco movimentos antiaculturativos. “Sem desconhecemos as diferenças culturais das diversas etnias que para aqui foram trazidas, temos de reconhecer, porém, que o determinante fundamental do seu comportamento, quer de passividade quer de rebeldia, foi a sua situação de escravo” (Moura, [1959] 2014, p.41). Era a situação do escravo que determinava a situação do negro, e não o contrário. Como também constatou Eric Williams ([1944] 2012) em *Capitalismo e escravidão*.

Moura ([1959] 2014) contribui, além disso, para o entendimento da extensão das atividades nas quais estava envolvido o trabalho escravizado e desenvolveu a tese do escravismo tardio. Para ele o marco desta nova fase seria 1850 com a lei Eusébio de Queirós, que proibia definitivamente o tráfico de pessoas escravizadas. Para o autor, a escravidão passou a coexistir com instituições fundamentais do capitalismo dependente que substituíram o modo de produção anterior, o escravismo. Porém, não houve alteração da forma da propriedade, de forma que, em 1888, quando se findou a escravidão, os ex-escravizados foram incorporados “à franja marginal desse tipo de capitalismo” (Moura, [1959] 2014, p.55), transitando de bom escravo a mau cidadão, conforme percepção das classes dominantes (Moura, [1977] 2021).

Os meados do século 19, para alguns autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), representaram o momento de transição para o capitalismo dependente (Bambirra [1972] 2013; Marini, [1973] 2005). Essa tradição considera uma unidade de análise na formação do modo de produção capitalista que reconhece a colonização, a escravidão e a acumulação primitiva de capitais com seus indícios já no início do século 15, inaugurando um longo processo de generalização do duplo caráter do trabalho, que traz em seu bojo o trabalho abstrato (Marx, [1867] 2006).

Esse processo de transição ao trabalho assalariado e ao trabalho abstrato, no Brasil, contou com uma política de imigração deliberada pelo Estado, que teve como motivador o embranquecimento populacional. Essa política de imigração substituiu crescentemente a força de trabalho escravizada pelo imigrante europeu pobre e expelido do processo produtivo. A lei peculiar da população capitalista assenta-se no fato de que a população trabalhadora produz a riqueza e a acumulação do capital via a exploração da sua força de trabalho, ao mesmo tempo que “produz os meios que fazem dela uma população supérflua” (Marx, [1867] 2006, p.733). A magnitude do capital social funcionando plenamente, ampliando seu crescimento e a escala de produção, a massa de trabalhadores mobilizados para ela, “com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles” (Marx, [1867] 2006, p.733-4).

Esses trabalhadores expelidos do processo de produção na Europa encontraram uma nova precariedade do trabalho no Brasil. A intensificação do processo de imigração coincide com a lentidão do término da escravidão. Da primeira legislação que anunciou o término da escravidão – a Lei Feijó de 1831

–, à Lei Áurea de 1888, foram 57 anos, nos quais às rebeliões e revoltas somou-se a luta por direitos expressos na legislação. A Lei Áurea é promulgada com apenas dois decretos. Nenhuma palavra sobre reparação ou sobre restituição às pessoas libertas, nenhuma indicação de distribuição de terras como queriam José Bonifácio (Costa, 2001) ou André Rebouças (Siqueira, 2024).

Octavio Ianni ([1984] 2024) estuda a história do trabalhador agrícola brasileiro formado a partir desse histórico escravista. Na lenta transição, do escravizado até o operário rural, o lavrador surge como um elemento particular, nome dado à parcela de imigrantes europeus, mas também à população livre que sobrevivía às margens do latifúndio. Essa transição lenta e marcada pelo racismo forjou diversas formas de trabalho no campo, tais como agregados, parceiros, peões, volantes, entre outros. Parte dessa população se assalariou e tornou-se trabalhadora rural, mas parte dela se manteve em pequenas porções de terra, formando um campesinato distinto do europeu.

A classe trabalhadora rural e urbana e o campesinato se formam ao mesmo tempo. Sobre elas recaem a violência dos anos de escravização somada a violência típica do modo de produção capitalista. Tocaías, repressão, roubos de terras, expulsões, assassinatos, pagamentos de salários abaixo do necessário à reprodução da força de trabalho se colide com o histórico de organização, lutas e resistência legado dos povos indígenas e quilombolas. Esse caldo irá calçar a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre quando se intensifica o processo de industrialização, brotando e coexistindo com o setor agrário-exportador (Bambirra, [1972] 2013, p.58).

De fato, para a autora, no final do século 19 já estava bastante avançada “a conquista do monopólio real sobre a propriedade da terra [...] alcançado por uma restrita camada de donos da terra [que] de certa forma favorece a formação de um mercado livre de trabalho, em um processo estimulado em grande medida pela expansão do setor exportador” (Bambirra, [1972] 2013, p.68).

A conformação de um capitalismo *sui generis* (Marini, [1973] 2005) fundado na superexploração da força de trabalho, na cisão do ciclo do capital e em uma divisão social do trabalho que destina à América Latina a produção de matérias-primas e alimentos para os países de capitalismo central não contempla as condições mínimas de existência da classe trabalhadora.

Nesse tipo de formação capitalista, o campesinato ganha forma. Preocupado em conquistar, reconquistar e preservar o uso, a posse e a propriedade da terra, volta-se para os temas da produção e da apropriação do produto do trabalho e desenvolve um modo de organizar o trabalho e a vida. “É o fato de que o campesinato constitui um modo de ser, uma comunidade, uma cultura, toda uma visão do trabalho que faz dele uma força relevante” (Ianni, 2011, p. 63).

Podemos dizer que o campesinato desenvolveu distintas e diversas formas de luta e que elas estiveram presentes ao longo de toda a formação econômico-social brasileira. Vamos destacar algumas delas que, por seu caráter e relevância, alcançaram visibilidade na historiografia nacional e inspiraram os movimentos sociais camponeses contemporâneos.

Caracterizadas por seu traço religioso, muitas vezes lido de forma depreciativa e reducionista, estas lutas são comprovações da capacidade de organização e de resistência camponesa. A sua história

revela, contundentemente, a intensidade da violência utilizada pelo Estado brasileiro em sua repressão. Lutas como a Cabanagem na região Norte, Canudos, o Cangaço e as Ligas Camponesas, no Nordeste, Contestado no Sul, a guerrilha de Trombas e Formoso no Centro-Oeste, são exemplos candentes dessa realidade de lutas e organização, e também inspiração para os movimentos que surgiram no século 21. Nos deteremos brevemente em alguns elementos da organização de Belo Monte, dizimada pela guerra de Canudos e nas Ligas Camponesas.

No final do século 19, ocorreram dois eventos importantes para o entendimento do que foi Canudos: o final jurídico da escravidão em 1888, e a Proclamação da República em 1889. Nesse período, no interior da Bahia, “a posse latifundiária da terra impedia o desenvolvimento na região de uma economia camponesa autônoma” (Macedo; Maestri, 2011, p.46). Essa realidade, somada à seca, à fome e as crises geradas pela abolição gradativa da escravidão, impulsionavam a migração da população sertaneja para Salvador ou para o sudeste, especialmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Macedo e Maestri (2011, p.47), a população sertaneja ficou muito impressionada com a “libertação” e interpretou o ato abolicionista como “consequência da vontade da família imperial, fortalecendo-se a visão do imperador como ‘pai’ dos desvalidos”. Para essa população era difícil compreender a íntima ligação entre a ordem monárquica e a escravidão. Por outro lado, a República surgiu de um golpe de Estado, sem ampliar as condições de participação popular. O voto era restritivo, a representação da população nas instâncias decisórias era quase nula e identificação com as ideias republicanas não ganhava grande repercussão junto ao povo.

Nessa conjuntura adversa do sertão baiano, em 1893, Antônio Conselheiro conduziu um quantitativo de camponeses, seus discípulos, até a região de Canudos. Ao se instalarem rebatizaram o lugar com o nome de Belo Monte, construindo suas resistências aos pés de um morro chamado Favela (Macedo; Maestri, 2011). O território semiárido apresentava altas temperaturas e clima seco e a população estava lastimada pela seca e pela fome. Belo Monte transformou-se em uma “terra da promessa”, mas também em possibilidade de sobrevivência. A população cresceu muito rápido. Em 1895 oscilava entre cinco e oito mil habitantes, em 1897, ano da última expedição militar, os registros variam entre quinze e trinta e cinco mil habitantes. Esse rápido desenvolvimento e crescimento, e a noção de uso útil da terra, incomodava os políticos e latifundiários. Essa população que se encaminhava para Belo Monte, em busca de uma vida comunal e com acesso à terra, mingua a força de trabalho semiescravizada utilizada pelo latifúndio. O fato de Antônio Conselheiro ser um monarquista e não reconhecer a República foi o pano de fundo para a repressão ao povoado.

A fúria violenta do Estado enviou para a região quatro expedições com o intuito de tomar Belo Monte. As três primeiras, entretanto, não tiveram êxito. O Estado e o país se surpreenderam com o vigor da resistência da população que ali vivia. Em sua última tentativa, o Exército sitiou Belo Monte por três meses, ainda assim, os camponeses não desistiram de lutar para defender o solo do qual faziam uso. Organizados com uma tática similar a guerra de guerrilhas, “provocaram, entre os combatentes, o terror, o desespero, a desorganização, as deserções” (Macedo; Maestri, 2011, p.135). Essa capacidade de resistência

era ofensiva ao Exército, à República e às forças oligárquicas que mobilizaram milhares de soldados, artilharia pesada e um cerco que não deixou sobreviventes, uma vez que os combatentes defenderam Belo Monte sem recuar ou se render, até restarem apenas 4 pessoas. Se o resultado final foi a destruição física do arraial, a memória de Belo Monte segue viva e ecoando com a força e a bravura sertanejas.

Outro marco importante, já no século XX, foram as Ligas Camponesas. Surgiram no Engenho da Galileia em 1954 e se expandiram rapidamente. “O ‘galileu’ simbolizava o campesinato nordestino que [vivia] próximo aos empreendimentos capitalistas, representando um obstáculo à sua expansão” (Bastos, 1984, p.18). “No Engenho da Galileia havia (...) 140 famílias camponesas, totalizando quase mil pessoas” (Julião, 1962, p.24). Essas famílias viviam nas terras do Engenho pagando um valor anual em dinheiro que era chamada de foro. Esse valor, no ano de 1954, constituía a 60% preço da propriedade, ou seja, o custo era tão alto que o recurso dispendido nesse arrendamento da terra a cada dois anos, correspondia ao valor total da propriedade.

Essa forma de vida deixava as famílias camponesas em condições desumanas. Josué de Castro (1965), no livro *Sete palmos de terra e um caixão*, informa que um dos problemas que as Ligas buscavam responder era a falta de caixão para o enterro dos mortos, vista tamanha penúria na qual viviam. Procuravam um pedaço de terra e se encontravam com uma cova medida com palmos, tão bem retratada no livro *Morte e vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto. “Essa cova em que estás com palmo medida é a cota menor que tiraste em vida, é de bom tamanho, nem largo, nem fundo, é a parte que te cabe nesse latifúndio, não é cova grande, é cova medida, é a terra que querias ver dividida” (Neto, [1955] 2025, p.9).

A Sociedade agrícola e pecuária dos plantadores de Pernambuco, que foi chamada de Liga Camponesa da Galiléia, nasceu como uma sociedade mutualista. “Uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo pra adquirir caixõezinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, [morriam] em proporções assustadoras” (Julião, 1962, p.24). Os objetivos alcançavam também aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, assistência técnica e auxílio governamental.

A forma organizativa, porém, transcende em muito a luta por uma morte com dignidade, que em si não incomodava os latifundiários. José Hortêncio, um foreiro, não podendo pagar o aluguel da terra e ameaçado de expulsão, resolve, em 1954, procurar José dos Prazeres, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, dedicado a contatar camponeses em litígio com proprietários de terra, constata que não se tratava de caso isolado e propõe a José Hortêncio a formação de uma sociedade com o objetivo de adquirir um engenho no qual pudessem trabalhar “livres do pagamento da renda e da ameaça de expulsão” (Bastos, 1984, p.19).

Alertado de que haveria um foco comunista na organização da Liga, Arruda Beltrão, latifundiário, que inicialmente fora convidado para ser presidente de honra da associação, tentou interdita-la. Ameaças, intimações e assassinatos, porém, não foram suficientes para desarticular a Liga. Sob pressão da violência do latifúndio, os camponeses solicitam intervenção das autoridades governamentais e legislativas na peleja. Nesse processo contatam Francisco Julião, que se tornou o advogado das Ligas.

Convencidos da necessidade de lutar pela terra, as ligas ganharam outras regiões do Nordeste e se instauraram no debate da esquerda do período.

A interrupção da articulação crescente das Ligas se dará com o golpe empresarial-militar de 1964. O aparelho militar repressor do Estado, que embora esteja presente de forma contínua na história do Brasil, forjou um percurso de golpes de Estado, nos quais a violência passa a ser a forma explícita e contundente da ação estatal. “A ditadura não pode ocultar, entretanto, sua essência contrarrevolucionária. Isto se [revelou], por exemplo, no conteúdo de sua política agrária. Ao não atacar o latifúndio em suas raízes, não conseguiu criar um mercado rural” (Santos, [1995] 2021, p.138). O ataque às raízes da organização camponesa, por outro lado, aconteceu. Um registro histórico impressionante desse momento está no filme *Cabra marcado para morrer* de Eduardo Coutinho (1984). Projetado para ser um filme ficcional sobre as Ligas, Coutinho e sua equipe acabaram por documentar a repressão aos camponeses no golpe de 1964 e nos anos seguintes.

À repressão e violência latifundiária e estatal sobreviveram, dentre outras e outros, Elizabeth Teixeira. Personagem importante do filme de Coutinho e da história das Ligas, era companheira de José Teixeira, assassinado como muitos outros nesse percurso de luta. Elizabeth completou 100 anos em 2025, sua trajetória é um símbolo de como a violência praticada pelo Estado burguês não é capaz de destruir a luta camponesa. Os/as camponeses/as sabem que as cinzas que ficam no solo após a destruição provocada pelo fogo, ainda que incendiário, como aconteceu em Belo Monte, pode ser convertida em adubo orgânico, capaz de germinar as sementes que farão reflorestar os campos e outras organizações.

Inspirados nas Ligas, nasceram os movimentos camponeses que atuam no Brasil de 2025. Tributários do histórico das guerras indígenas contra a colonização, das rebeliões, revoltas e guerrilhas quilombolas, dos enfrentamentos diários de trabalhadores livres rurais, da força e resistência das famílias trabalhadoras imigrantes, da luta cotidiana contra os latifundiários e contra a repressão sistemática do Estado, o campesinato brasileiro se rearticula, se reorganiza e segue marchando, insistindo em suas pautas e na construção de uma nação soberana.

É assim que, em 1984, a partir de algumas articulações de movimentos de trabalhadores rurais, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Maior organização camponesa mundial, presente em todos os estados do Brasil, tem como elemento central a pauta da reforma agrária popular. O movimento registra, apoiado nos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que no Brasil 1% dos proprietários de terras controlam 50% das terras agriculturáveis. Nessa realidade, a mobilização em torno da necessidade de conquistar um “pedaço de chão” é o primeiro eixo articulador da luta do movimento; o segundo é a pressão por uma política de Estado capaz de massificar a conquista da terra e, em terceiro, está a “ideia e da busca constante da prática pautada na necessidade de transformar as relações de poder na sociedade, em favorecimento à classe trabalhadora e camponesa” (MST, 2025).

Também da década de 1980 é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Oriundo das reflexões sobre as necessidades das mulheres camponesas, o movimento reafirma “a luta pela igualdade de

direitos e pelo fim de toda e qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora” (MMC, 2025). De origem classista e com horizonte socialista, o MMC tem o feminismo camponês popular como uma construção permanente. A formulação do movimento dialoga com a construção teórica da Coordenadora latino-americana de organizações do campo (Cloc) – Via Campesina. O feminismo camponês popular dialoga com as elaborações das perspectivas marxistas sobre o feminismo e com o feminismo negro, e tem na centralidade do seu debate a luta pela vida a partir das reflexões da agroecologia, defesa do meio ambiente e de uma forma de produção que respeite os ciclos da natureza e das famílias camponesas, contra todas as formas de violência e opressão e pela visibilidade do trabalho e da luta das mulheres camponesas (Calaça, 2022).

Outro movimento camponês relevante no cenário nacional é o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Surgiu em 1996, de uma articulação de camponeses de Rondônia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, pautados pela necessidade de permanência no campo. Inicialmente, o movimento buscava pressionar o governo para liberar linha de crédito para as famílias agriculturas. Com o passar dos anos, o MPA apreendeu que a luta pela conquista de direito via o Estado precisava estar articulada com a estratégia de construção de poder popular. Nesse percurso, desenvolveu um plano camponês para dialogar com a sociedade brasileira no qual propõe uma aliança camponesa e operária por Soberania Alimentar. A aliança campo-cidade convoca os trabalhadores e trabalhadoras urbanas para entender os dilemas de quem busca viver e se reproduzir a partir de uma relação direta com a terra.

O MPA defende a formulação de um Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP), como um mecanismo de interligar diretamente a produção camponesa com a mesa das pessoas que vivem na cidade. É também um mecanismo provocativo à opinião pública quanto ao fato de o Brasil não ter desenvolvido e sustentado sustentar uma política de abastecimento alimentar coerente com as necessidades da nação, uma das razões pelas quais a política social mostra-se frágil no enfrentamento à fome. Compartilhando das análises marxistas de que as razões para a crise alimentar têm como origem a crise do capitalismo, o movimento entende que dessa origem comum também se desdobram as crises ambiental, climática, territorial, energética, sanitária e humanitária. A resposta para esse conjunto de crises está em organizar uma outra forma de produção e reprodução social que se fundamente em outra relação humanidade-natureza pautada na agroecologia, mas especialmente, em outra organização das relações sociais de produção superando a contradição capital-trabalho.

Como foi possível observar, no Brasil, diversos eixos analíticos que têm constituído a pauta de debates agrários são interpretados à luz das principais referências do marxismo clássico. Dentre estes temas, podemos apontar questões como a relação entre a reprodução cada vez mais sofisticada do capital e a intensificação da crise ambiental, a atuação do Estado à serviço do agronegócio, os desafios da agricultura familiar como falta de mão de obra e desvalorização de seus produtos no mercado, os movimentos sociais do campo e seus programas reivindicatórios, a luta dos povos indígenas e dos quilombolas, a reforma agrária etc.

É necessário dizer que o marxismo clássico permanece atual para a compreensão destes fenômenos. A razão desse fato decorre de dois fatores. Primeiro, que se trata de uma visão social de mundo sofisticada, amparada nos interesses históricos da classe trabalhadora, e de uma teoria social que oferece uma análise rigorosa e precisa da sociedade humana. E, em segundo lugar, a vitalidade desta perspectiva é justificada pela permanência das contradições que resultam do avanço do capitalismo nos campos e territórios ocupados e vivenciados por camponeses e povos tradicionais. Assim, temos a vigência da questão agrária em sua complexidade histórica e social, sendo necessária a sua superação pela ruptura com a atual estrutura do modo de produção capitalista.

*

Diante dos desafios históricos da questão agrária e da riqueza teórica-metodológica e prática da tradição marxista, apresentamos o presente número da revista *Germinal: marxismo e educação em debate*. Nesta edição, contamos com esse **editorial**, um **dossiê** intitulado “Marxismo, questão agrária e movimentos sociais do campo” – composto por uma **entrevista** e 26 artigos –, a seção **Artigos** que inclui nove textos, a seção **Clássico/Documentos** com um texto e a seção **Resenhas** com duas análises críticas.

A **Entrevista** dá destaque para a reflexão e produção de conhecimento temperada pela organização e luta das trabalhadoras e trabalhadores do campo de dois movimentos sociais brasileiros: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), representado por Noeli Welter Taborda e Renata Rocha Gadelha, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por João Paulo Rodrigues Chaves. Na entrevista, perguntamos sobre a atual crise capitalista, a conjuntura nacional e questões organizativas e de luta dos movimentos do campo.

Abrimos o **Dossiê** com três artigos que abordam a questão dos quilombos. Optamos por esse debate inicial como forma de homenagear a vida e a obra de Clovis Moura, intelectual marxista que faria 100 anos em 2025. Clovis Moura nos oferece, em sua vasta e multifacetada produção intelectual e ativismo revolucionário, aportes para entendermos profundamente a formação econômico-social brasileira, as potencialidades do marxismo para pensar e fazer a revolução no Brasil, ao mesmo tempo que se consolidou como autor central sobre o debate étnico-racial. É o que podemos verificar já no primeiro texto do dossiê, intitulado “Quilombos, lutas de classes e expropriação territorial” de Maria Raimunda Penha Soares. O debate segue a partir da reflexão teórica das vivências de comunidades quilombolas na Chapada Diamantina no artigo de Maria Clara Bueno Fischer, Lia Tiriba e Ana Elizabeth Santos Alves e da comunidade quilombola Colônia do Paiol no texto de Ramofly Bicalho, Guilherme Goretti Rodrigues e Dilenio Dustan Lucas de Souza. Toda a potencialidade do centenário do marxista piauiense aparece em “Por uma crítica metodológica à dependência científica: contribuições de Clóvis Moura”, de Gustavo de Aguiar Campos.

Estudos e análises, a partir de aspectos teórico-práticos sobre a questão do campesinato, da reforma agrária, tanto no Brasil como na América Latina, estão na sequência do dossiê. O quinto texto é

intitulado “O campesinato no debate marxista: contribuições para a classe trabalhadora do campo” de Yan Victor Leal da Silva e Roberta Brangioni Fontes. Logo em seguida, temos o escrito de Luana Pinheiro e Alessandro Peregalli, “A terra como campo de disputa”, que nos oferece uma perspectiva crítica sobre as reformas agrárias e as lutas populares da América Latina. Já o texto de Jacqueline Botelho é um mergulho sobre os desafios históricos contidos na questão da reforma agrária no contexto brasileiro. Marilsa Miranda de Souza e Márcio Marinho Martins nos apresentam um rico e dramático registro sobre a luta camponesa no norte do Brasil a partir do evento que ficou conhecido como Batalha da Fazenda Santa Elina. Fome, dependência e subdesenvolvimento são abordados por Cristiano Apolucena Cabral no nono texto deste dossiê.

No próximo conjunto de textos, vemos o entrelaçamento da questão ambiental com o debate da questão agrária, revelando chaves interpretativas para os enfrentamentos contemporâneos da destruição do nosso planeta pelo capital e seus agentes históricos. O primeiro deles é “Questão agrária, crise ambiental e movimentos sociais: novos desafios para a reforma agrária” de Marisela García Hernández, Deise Maria Bourscheidt, Janete Stoffel e Luis Claudio Krajevski. Silvia Pinheiro traz a centralidade da questão indígena para retomarmos os apontamentos de Marx sobre a lógica destrutiva do capital e como esse fenômeno se atualiza num contexto de violência e resistência na vida dos povos indígenas. Num ano em que tivemos a COP-30 no Brasil, mostrando que o capital não oferece saída para a crise ambiental, a Amazônia e as mudanças climáticas são analisadas por Antônio Carlos Ribeiro Araujo Junior e a vida ribeirinha nesse território é analisada no texto de Fábio Rodrigues Carvalho, Daylan Denes e Solange.

A crítica da economia política de Marx é ferramenta de análise para “Rotas de acumulação dos usineiros nordestinos (2005-2020)”, de Lucas Bezerra, e para “A questão agrária e a agricultura familiar camponesa em Araponga-MG: um olhar a partir da economia política”, de Marcio Gomes da Silva, Gustavo Soares Iorio e Eugenio Alvarenga Ferrari. Natalia Echeverri Uribe e Wilmar Dubián Lince Bohórquez partem do contexto rural da Colômbia para teorizar sobre a questão agrária em “*De la estructura agraria a la estructura socioeconómica rural: discusión sociológica en clave marxista*”. As Ligas Camponesas, importante articulação de luta da classe trabalhadora brasileira do campo no século XX, são refletidas através da análise do seu órgão oficial por Daniel do Nascimento Silva.

A educação do capital para o campo é discutida em “A ofensiva das *trading companies* do agronegócio no debate educacional” de Fernanda Willers e Mario Borges Netto. Em seguida, Fabiana de Cássia Rodrigues, Ana Paula Soares da Silva e José Gilberto de Souza analisam a formação política e o trabalho do professor tendo como referência as reflexões de Florestan Fernandes. O vigésimo artigo do dossiê é “Questão agrária, MST e educação e a luta por emancipação humana e social: uma revisão sistemática” de Marcilia Nogueira, Juscilene Silva de Oliveira e Frederico Jorge Ferreira Costa. Magno da Conceição Peneluc e Edilson Fortuna de Moradillo discutem a formação de educadores do campo. A contrarreforma do Ensino Médio, no contexto da educação do campo, é objeto de análise de Sandra Gunkel Scheeren e Marcos Vinicius Francisco. Alexandre Leite dos Santos Silva, Tamaris Gimenez Pinheiro e

Clarice Zientarski discutem como o reordenamento escolar afeta o povoado Tabatinga no Piauí, trazendo consequências para o acesso ao direito à educação de filhos e filhas de camponeses.

Formação humana, cultura e trabalho infantil são discutidos no contexto da vida de camponeses em Santa Catarina por Soraya Franzoni Conde e Natália Palhoza no antepenúltimo texto do dossiê. Por fim, clássicos do marxismo são convocados para o debate nos dois últimos textos: Adolfo Sánchez Vázquez, por Maria Ceci Misoczky e Guilherme Dornelas Camara, para discutir a organização dos movimentos sociais, e o bolchevique Vladimir Lênin no debate da questão agrária da Rússia e sua polêmica com os narodniks, por Sergio Braga. Com estes 26 artigos, fechamos o último dossiê do ano de 2025. Em 2026, teremos dossiês com os temas de Marxismo e psicologia concreta (abril), Imperialismo, dependência e lutas de libertação (agosto) e Educação, democracia e alternativas socialistas (dezembro). As chamadas já estão abertas.

Na seção **Artigos**, temos 8 artigos com temáticas atuais e pertinentes do ponto de vista teórico, acadêmico e social. O pontapé inaugural é “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: uma leitura à luz da forma jurídica”, de Lucas Oliveira Menditi do Amaral e Ari Marcelo Solon, que casa bem com o último artigo do dossiê. Depois temos “A reelaboração do conceito de reificação a partir da crítica ecossocialista de Kohei Saito”, escrito por Daviton Gurgel Guerra Fernandes, Gelma dos Santos Ramos e Lucas Trindade. Ainda na temática ambiental, que será retomada na última resenha do número, Eneida Oto Shiroma nos brinda com o texto “Desenvolvimento (in)sustentável diante da crise do capital”.

Bruno Lima, Fernanda Bernardo e Luciana Massi nos trazem aportes para discutirmos criticamente as “Ciências da natureza na BNCC”. Mariléia Maria da Silva e Juliana Matias Faust, por sua vez, apresentam resultados das suas pesquisas sobre o trabalho docente nas diretrizes do Banco Mundial e do movimento Todos pela educação. O próximo artigo também é uma produção coletiva, escrita por Nina Soares Rocha, Priscila Monteiro Chaves e André Rodrigues Guimarães, e que discute a avaliação em larga escala na alfabetização de crianças. O penúltimo texto da seção **Artigos**, assinado por Priscila Cardoso e Debora Cristina Fonseca, aborda os “Pressupostos teóricos de uma socioeducação para formação humana”. Por último, fechamos com reflexões de Zuleide Simas da Silveira sobre “A concepção de ideologia em Gramsci”.

Na seção **Clássico/Documentos**, temos a honra e o prazer de republicar, sob autorização expressa da família, o texto “Revoluções camponesas”, de Octavio Ianni, originalmente lançado no livro *Classe e nação* (Vozes, 1986). Esta também é uma forma de anteciparmos as devidas homenagens a um dos maiores sociólogos brasileiros, que completaria 100 anos em 2026. No seu centenário, a ser comemorado no ano que vem, prestaremos novas homenagens ao mestre Ianni.

Encerrando o número em **Resenhas**, temos as leituras críticas dos livros *A questão agrária no capitalismo dependente*, de Leticia Chimini, escrita por Mathias Luce, e de *Enfrentando o Antropoceno: capitalismo fóssil e crise do sistema Terrestre*, de Ian Angus, redigida por Aline Sampaio Rodrigues Schmidt.

*

Apesar dos pesares, cá estamos nas trincheiras da luta, resistindo à degradação das condições de trabalho e à crescente desvalorização da educação e da ciência na sociedade hegemônica pelo capital, que lança ataques por meio da revolução tecnológica da indústria 4.0 e da inteligência artificial escorada por setores burgueses e pequeno-burgueses fascizantes. Mas não estamos sozinhas e sozinhos. Contamos com o trabalho e a solidariedade de muitas pessoas, defensoras do pensamento marxista, da práxis popular e emancipatória e da educação, ciência e cultura populares voltadas aos interesses históricos da classe trabalhadora.

Primeiramente, lembramos o excelente trabalho desenvolvido por Leile Teixeira e Marizete Andrade na organização, seleção e avaliação dos artigos do dossiê, ambas professoras universitárias que conjugam o seu fazer profissional com a militância nos movimentos sociais do campo. Também cabe destacar, como sempre fazemos, o trabalho de avaliação do nosso Corpo editorial científico nacional. Sem isto, não teríamos consolidado uma revista de excelência acadêmica e comprometimento social como a *Germinal* ao longo de toda a nossa caminhada de 16 anos.

Desejamos uma ótima leitura para todas as pessoas que acessam a revista e que tenhamos, no ano que vem, lutas e conquistas sociais que apontem para o reascenso da classe trabalhadora no Brasil e no mundo como um todo.

Referências:

- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, [1972] 2013.
- BASTOS, E. R. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CALÇA, M. K. Feminismo camponês popular: integração de lutas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.31, n.1, p.1-34, jan-jun. 2023.
- COSTA, P. P. da S. **José Bonifácio**. São Paulo: Três Ltda, 2001.
- CASTRO, J. de. **Sete palmas de terá e um caixão. Ensaios sobre o Nordeste, área explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, [1845] 2008.
- ENGELS, F. **A questão camponesa na França e na Alemanha**. São Paulo: Global, [1894] 1982.
- ESCORSIN, L. **Mariátegui vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, [1978] 2016.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, [1968] 1977.
- HAMZA, G.; SHANIN, T. Introdução. In: KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.7-52.
- IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, [1984] 2004.
- IANNI, O. A utopia camponesa. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**. Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.55-70.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, [1899] 1986.

- KAY, C.; AKRAM-LODHI, A. H. The diversity of classical agrarian Marxism. In: AKRAM-LODHI, A. H.; KAY, C. (org.). **Handbook of Critical Agrarian Studies**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021. p.25–33.
- JULIÃO, F. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Boitempo, [1899] 2024.
- MACEDO, J. R.; MAESTRI, M. **Belo Monte uma história da guerra de Canudos**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios da interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, [1928] 2010.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005. p.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, [1857-8] 2011.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017.
- MELO NETO, J. C. **Morte e vida severina**. [1955, 2025] Disponível em <https://mst.org.br/download/livro-morte-e-vida-severina/>. Acessado em 17 de dezembro de 2025.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**. Quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, [1959] 2014.
- MOURA, C. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? 2. ed. São Paulo: Dandara, [1977] 2021.
- MST. Movimento dos trabalhadores sem-terra. **O que é o programa de reforma agrária popular do MST?** Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acessado em 17 de dezembro de 2024.
- MMC. **Movimento das mulheres camponesas**. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/>. Acessado em 17 de dezembro de 2025.
- PÉREZ TOURIÑO, E. **La cuestión agraria**: lecturas sobre agricultura familiar. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España, 1985.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, [1945] 1976.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, [1995] 2014. Livro eletrônico.
- SHANIN, T. **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- SIQUEIRA, L. Pensar o país para os que vivem entre o latifúndio e a exclusão: o projeto agrícola de André Rebouças. **Projeto História**, São Paulo, n.27, p.241-254, dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10521/7835>. Acessado em 02 de julho de 2024.
- SODRÉ, N. W. Formação Histórica do Brasil. In: Stédile, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil, v.1**. O debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, [1962] 2011. p.111-125.
- WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, [1944] 2012.

Notas

¹ Doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão Questão Agrária em Debate (Qade) e do Laboratório de estudos sobre capitalismo dependente e questão social no Brasil (Lecad). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0615960913663227>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3598-5212>. E-mail: leileteixeira.ufrj@gmail.com.

² Doutora em Educação (UFMG). Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4983800954558754>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5901-6814>. E-mail: marizete.silva@ufv.br.

³ Doutor em Educação (UFMG). Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6466684523583420>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0332-1470>. E-mail: mario.mariano@ufvjm.edu.br.

⁴ Doutor em Serviço Social (UFRJ). Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Coordenador do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão Marxismo e questão social (Lemques). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9080597950497381>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8927-1055>. E-mail: rodrigo.castelo@unirio.br.

Recebido em: 15 de dez. 2025

Aprovado em: 19 de dez. 2025